

PERCEPÇÃO DOS DOCENTES SOBRE CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA CONTABILIDADE AMBIENTAL

**Ayron Wanderley Medeiros
Renata Paes de Barros Camara
Lis Daiana Bessa Taveira**

RESUMO: Este trabalho aborda os principais conceitos da Contabilidade na área Ambiental como Ativo, Passivo, Receitas, Despesas, Gastos, Ecoeficiência e Gestão, pois, a partir disto, se questiona o fato de identificar se os professores na área apresentam de forma consolidada os conceitos fundamentais. O objetivo está em identificar o perfil de conhecimento destes profissionais nos conceitos base aplicados no ramo da Contabilidade Ambiental. Especificamente, a problemática surge por ser uma tendência da sociedade se preocupar com os recursos do meio ambiente e, ao mesmo tempo, as empresas terem como diferencial o objetivo de apresentar uma boa imagem e enfatizar a continuidade dos negócios. A metodologia empregada foi descritiva, os procedimentos adotados foram o levantamento com o uso de questionários aplicados aos docentes, e a análise dos dados foi qualitativa. Como se sabe, há divisão na Contabilidade Ambiental, e os resultados apontam as dificuldades de identificação e definição dos principais conceitos, mas, de forma geral, os respondentes, professores com titulação de Mestre ou Doutor e mais de 9 anos de carreira, atenderam apropriadamente as respostas do questionário. Portanto, é pertinente evidenciar que a área Ambiental precisa de mais estudos e preparação dos profissionais por não ter uma base sólida nos conceitos fundamentais.

Palavras-chave: Contabilidade Ambiental; conceitos fundamentais; professores.

Perception of teachers on fundamental concepts of environmental accounting

ABSTRACT: This work boards the principal concepts of the Accountability in the Environmental area like Assets, Liabilities, Revenue, Expenses, Spending, indicator of performance and Management, so, from this, there is questioned the fact of identifying if the professors in the area present in the form consolidated the basic concepts. The objective is, in bases identify the profile of knowledge of these professionals in the concepts applied in the branch of the Environmental Accountancy. Specifically, the problematic appears because it is a tendency in society to worry about the environmental resources and, at the same time, companies have as differential the goal to present a good image and emphasize the continuity of business. As is known, there is a dichotomy in Environmental Accounting, and the results indicate the difficulties of identifying and defining key concepts, but in general the respondents, teachers with Master or Doctor degree and over 9 years of career, responded appropriately the questionnaire answers. Therefore, it is pertinent to evidence that the

Environmental area needs more studies and preparation of professionals for not having a solid foundation on the fundamental concepts.

Keywords: Environmental Accountability; basic concepts; professors.

1 INTRODUÇÃO

As empresas atrelam a busca de maximizar sua riqueza com a preocupação com o meio ambiente pelo fato de influenciar a imagem refletida na sociedade, assim, fortalecem a ideia de preservação dos recursos do planeta, buscando uso consciente e novas alternativas de menor impacto (RIBEIRO, 2005). As empresas apresentam concretamente dados e acontecimentos publicamente de forma ética e adequada, sendo desta forma a essência da evidenciação da Contabilidade Ambiental, pois, como ciência, é um instrumento de apresentar informações de cunho financeiro e econômico, principalmente ao meio ambiente relacionado com as empresas.

Este estudo se justifica pela relevância do aspecto ambiental nas organizações, uma vez que a sociedade tem exigido a convivência ecologicamente correta, por parte das organizações. Além disso, o artigo busca levantar pontos desta temática, a fim de explorar a uniformidade dos conceitos da contabilidade ambiental. Então, como propõem Rover *et al.* (2006), qualquer atividade geradora de impactos ambientais deve ser monitorada, cabendo à Contabilidade mensurar e informar as repercussões.

Muitas pesquisas mostram a importância da inserção dos conceitos e do uso dos indicadores financeiros na área ambiental da Contabilidade, como estudos de Ribeiro (1992, 1998, 2005), Ferreira (2003), Teixeira (2003), Paiva (2003), Costa e Marion (2007), Tinoco (2004), Callado e Fensterseifer (2010), Câmara e Gonçalves Filho (2006), entre outros, no âmbito nacional, percebendo até uma maior preocupação em conceituar e identificar, tendo em vista efetuar aplicações práticas no mercado.

Baseado nesta linha de raciocínio, este estudo descreve a seguinte problemática: **Qual é a percepção dos professores em Contabilidade sobre os conceitos fundamentais inseridos na Contabilidade Ambiental?Í.**

Como objetivo geral, o trabalho visa identificar o perfil de conhecimento dos professores nos conceitos fundamentais aplicados no ramo da Contabilidade Ambiental. Dentro disto e com intuito de atender ao objetivo geral, elenca-se, como objetivos específicos, um levantamento *survey* perante os professores através de base de dados online, estruturar os pontos levantados na coleta de dados sob forma estatística descritiva e evidenciar os principais conceitos em Contabilidade Ambiental debatidos na atualidade.

Na próxima seção, estão discorridos os conceitos mais discutidos na área para embasar a coleta de dados, em seguida a metodologia de como procedeu todo o estudo, a análise dos resultados obtidos estabelecendo relação com o referencial teórico e, por fim, as considerações finais encontradas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Objetivos e Conceitos da Contabilidade Ambiental

A Contabilidade Ambiental se desenvolve da necessidade de ofertar informações adequadas às características de uma gestão ambiental. Assim, é interessante notar que a mesma não se refere a uma nova Contabilidade, mas a um conjunto de informações que relatam adequadamente, em termos econômicos, as ações de uma entidade, que modifiquem o patrimônio (FERREIRA, 2003).

O objetivo geral da Contabilidade, conforme Iudicibus (2004), está em fornecer informações que atendam aos usuários, seja de forma geral ou de determinado grupo de usuários. Entrelaçando estes dois conceitos, firma o que Costa e Marion (2007) desenvolvem: que a Contabilidade Ambiental busca mensurar qual é o seu patrimônio ambiental e com qual eficiência é utilizado, informando questões de cunho econômico e financeiro.

A Contabilidade Ambiental é tratada como ramificação dos benefícios e prejuízos que o desenvolvimento de um produto pode originar no meio ambiente, conjunto de ações pensadas com vistas ao desenvolvimento de um

projeto, tendo em conta a preservação do meio ambiente (GONÇALVES e HELIODORO, 2005).

O impacto das atividades da empresa no meio ambiente deve ser evidenciado, pois a Contabilidade deve ser usada em prol destas ações na representação dos fatos, identificando e mensurando os eventos surgidos, como encadeia Ferreira (2003).

A Contabilidade do meio ambiente tem crescido de importância para as empresas em geral devido ao controle dos recursos naturais e desastres ecológicos acontecidos. Assim, torna-se peça fundamental para se penetrar nos conceitos econômicos, políticos e sociais (FERREIRA, 2003).

Hansen e Mowen (2001) evidenciam a explicação das empresas produzirem de forma mais ecológica a partir de conceito de ecoeficiência sintonizando os fatos de entrelaçar os desempenhos econômicos e ecológicos como complementares. Inclusive, Murray e Gray (2006) analisaram a relação entre evidenciação ambiental e desempenho, tendo como conclusão que, no longo prazo, a relação estabelecia causalidade positiva.

A Contabilidade Ambiental, já citada, é um ramo da Contabilidade que possui objetivos específicos, tais como identificar e mensurar eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, visando à evidenciação da situação patrimonial da organização no momento em que ocorreram (RIBEIRO, 2005).

Em comparação, se uma empresa busca ser competitiva, com um maior desenvolvimento de seus negócios, a gestão ambiental pode ser um instrumento importante para esta busca, pois possibilita que a organização tenha um diferencial perante a concorrência, por vincular o nome dessa unidade a uma grande influência do fator ecológico em sua gestão (TACHIZAWA, 2004).

Então, estes dois conceitos se diferenciam, pois a Gestão Ambiental, conforme Nunes *et al.* (2011), se define como diretrizes e atividades no âmbito administrativo e operacional na procura de efeitos positivos no meio ambiente. Enquanto, a Contabilidade Ambiental está envolvida em gerar relatórios com

informações úteis às empresas e à sociedade no que tange à identificação e mensuração das atividades relacionadas aos eventos ambientais, como conta Paiva (2003).

2.2 Ecoeficiência

Vellani e Ribeiro (2009) acreditam que empresa ecoeficiente apresenta capacidade de oferecer produtos e serviços consumindo de maneira eficiente, transformando resíduos em novos insumos, até porque os clientes na atualidade exigem produtos mais limpos, fabricados sem degradar o meio ambiente e cuja concepção, fabricação, distribuição, uso e descarte sejam inofensivos ao meio ambiente. Sem esquecer de efetuar redução de custos, aumento das receitas e novas oportunidades que seguem a tendência por um bom desempenho empresarial e ambiental.

A ecoeficiência apresenta um mecanismo que subsidia informações monetárias junto com indicadores não monetários para verificar o desempenho empresarial da empresa efetuando suporte aos usuários a tomarem a decisão (BURRITT e SAKA, 2005). O conceito de ecoeficiência é complementar ao desenvolvimento sustentável, assim, Callado e Fensterseifer (2010) indicam que estes conceitos devem acompanhar algum indicador para se comparar e analisar com as metas e objetivos iniciais.

2.3 Ativo Ambiental

Primeiramente, deve atender a conceituação de ativo no geral, tratado como recurso econômico controlado por uma entidade, como resultado de transações ou eventos passados, dos quais se esperam obter benefícios econômicos futuros (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 2007).

Seguindo esta linha de raciocínio, Ribeiro (2005) cita que Ativo Ambiental se enquadra perfeitamente na conceituação de ativo geral adicionando o fato da finalidade de controle, preservação e recuperação do meio ambiente como fatores delineados na conceituação. Investimentos que a empresa possui e estão destinados a proteção, preservação e recuperação

ambiental se segregam com classificação em contas contábeis específicas numa identificação do ativo ambiental (COSTA e MARION, 2007).

Como exemplo de Ativos Ambientais, Eugênio (2007) cita máquinas adquiridas com intuito de implementar tecnologia para contenção de impactos ambientais, recuperação de áreas contaminadas e clientes que efetuaram compras de produtos recicláveis ou resíduos, entre outros exemplos.

2.4 Passivo Ambiental

Conforme CPC 00 (2011), Passivo está elencado como uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos. Assim como Niyama e Silva (2011) citam que o Passivo é uma obrigação atual resultante de eventos passados.

Ribeiro (2005) discorre que Passivos Ambientais atendem à definição geral de Passivo adicionando ao fato de refletir a interação da empresa com o meio ecológico, sabendo que controle e reversão dos impactos das atividades econômicas no meio ambiente são a essência para identificação e mensuração.

Os Passivos Ambientais representam danos causados ao meio ambiente enfaticamente na obrigação e responsabilidade social da empresa com base em constituição por legislações e regulamentações ambientais, mensurando taxas, contribuições, multas e penalidades.

Eugênio (2007) cita exemplos de Passivos Ambientais como pagamentos de multas, provisão de riscos e encargos, sendo mensurados atendendo à melhor estimativa possível para reconhecimento nos relatórios contábeis.

2.5 Receita Ambiental

Conforme CPC 00 (2011), as Receitas são condicionadas a acréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, tratando-se de entrada de recursos, aumento de ativos ou diminuição de passivos.

As receitas ambientais são encadeadas a partir do conceito geral proposto pelo CPC 00 atrelando à linha de raciocínio da gestão ambiental. Exemplos são propostos por Tinoco (2004) como serviços especializados em gestão ambiental, venda de produtos elaborados de insumos, venda de reciclados, receita de aproveitamento de gases e calor, entre outros procedimentos.

Como conta Costa e Marion (2007), estas informações devem ser evidenciadas para que se consolide a conotação de contribuição da Contabilidade do meio ambiente, classificando e identificando corretamente.

2.6 Gasto Ambiental

Os gastos ambientais são definidos como dispêndios financeiros com que a entidade efetua pagamento para obtenção de um produto ou serviço qualquer por meio de envio ou promessa de ativos encadeados pela questão ambiental (PAIVA, 2003). Estes gastos podem ser ativados ou não: quando sim, no caso em representar um benefício futuro, quando não, deve transferir para despesas apenas quando ocorra tal indicação conceitual. Ribeiro (2005) define que as despesas e custos ambientais estão relacionados à preservação, proteção e recuperação ambiental, lembrando que a essência da diferença entre despesas e custos participam da linha de produção em que estes se envolvem diretamente.

Conforme Gonçalves e Heliodoro (2005), exemplos de gastos ambientais como manutenção, recuperação ambiental, matéria-prima, treinamento específico para o pessoal, taxas, contribuições, linhas de produção limpas, entre outros, são gastos ambientais, sendo importante destacar o fato de eles serem destinados à prevenção ou remediação dos impactos ambientais ocasionados pela empresa.

3 METODOLOGIA

O estudo em questão se classifica como descritivo, pois objetiva a descrição de fatos e conceitos de determinado assunto estabelecendo relações

entre as variáveis em questão, especialmente por tentar tratar de um assunto cotidianamente inserido no meio prático do mercado (GIL, 2010).

Inclusive, este artigo apresenta questões com objetivos de inserir e esclarecer conceitos na área de Contabilidade Ambiental, indicando como um estudo de caráter exploratório para Marconi e Lakatos (2007), levando em consideração que os eventos são interpretados e não manipulados pelo pesquisador.

Foram levantados conceitos (Ribeiro, 2005; Paiva, 2003; Tinoco, 2004; Ferreira, 2003) em discussão da Contabilidade Ambiental e expostos com seus conceitos permitindo uma discussão a respeito como forma de fundamentação teórica deste artigo. Sendo isto de fundamental importância para implementar a clareza do estudo.

O mecanismo da pesquisa utilizado foi de levantamento *survey* a partir de um questionário *online* que buscou identificar o perfil dos respondentes da área acadêmica para que se saiba o nível de percepção dos conceitos aplicados no setor ambiental.

O questionário foi enviado diretamente por *email* com *link* de mecanismo da *SurveyMonkey*; o período da coleta das respostas foi entre os dias 10 de dezembro de 2012 a 20 de janeiro de 2013, considerando também que nenhum dos respondentes foi avisado previamente desta pesquisa e muito menos instruído de como escolher a alternativa.

O referido questionário apresenta 10 questões objetivas dentro da perspectiva apresentada no referencial teórico, sendo cada uma com 4 alternativas mutuamente excludentes como resposta. No que tange ao envio, foram emitidos para universidades públicas, nas quais a pesquisa tinha mais acessibilidade ao *email* dos docentes respondentes. UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), UFPB (Universidade Federal da Paraíba), USP (Universidade de São Paulo), UNB (Universidade de Brasília) e UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). De acordo com os dados da ANPCONT (Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Ciências Contábeis), o Brasil possui a quantidade de 2.603 mestres e 198

doutores até 31 de dezembro de 2010. Diante deste fato, foi aplicado o questionário para uma amostra não probabilística por conveniência, e foram obtidas 31 respostas delineadas adequadamente para análise de resultados.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

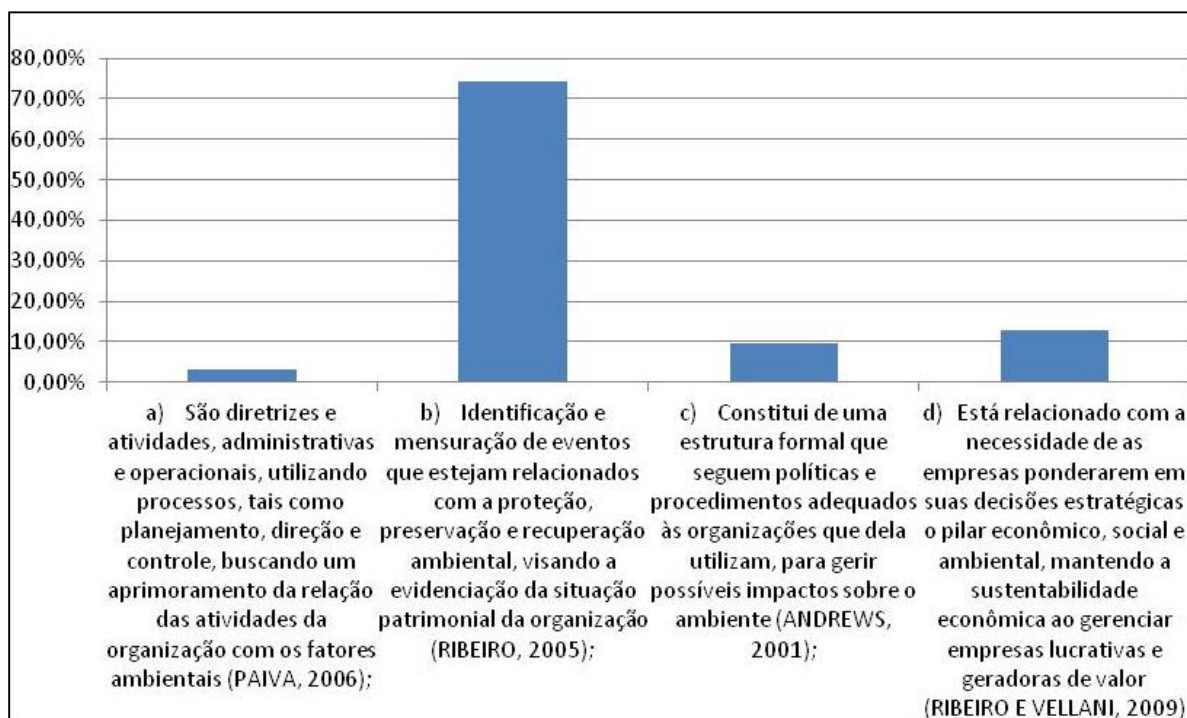
As características para a formação do perfil dos respondentes foram delineadas em saber o grau de instrução (graduado, especialista, Mestre ou Doutor), há quanto tempo atua no ramo (até 3 anos, entre 3 a 9 anos, entre 9 a 15 anos ou acima de 15 anos), saber se a principal atuação está de fato relacionada com a docência e qual região brasileira em que atua predominantemente (Nordeste, Sul, Sudeste, Centro-Oeste ou Norte).

Dentre o perfil dos respondentes, no que tange ao grau de instrução, cerca de 45,2% são de titulação Mestrado, 38,7 Doutorado, 12,9% Especialista e 3,2% apenas graduado. Referente a quanto tempo de atuação, 41,9% apresentam acima de 15 anos no mercado, 25,8%, entre 9 a 15 anos, 12,9%, entre 3 a 9 anos e 19,4%, até 3 anos, predominando os respondentes com mais experiência.

Dentro da amostra utilizada, 64,5% vêm do Nordeste, 6,5%, do Sul, 25,8%, Centro-Oeste e 3,2%, do Sudeste, sem nenhuma representação da região norte como respondente. Corroborando o problema de pesquisa, a maioria tem como atividade principal a docência, sendo 93,5%, e apenas 6,5% a auditoria.

O primeiro questionamento está tratado no âmbito da conceituação referindo-se à própria Contabilidade Ambiental, e efetuou-se de acordo com o Gráfico 1, abaixo:

Gráfico 1: Percepção quanto aos conceitos da contabilidade ambiental.

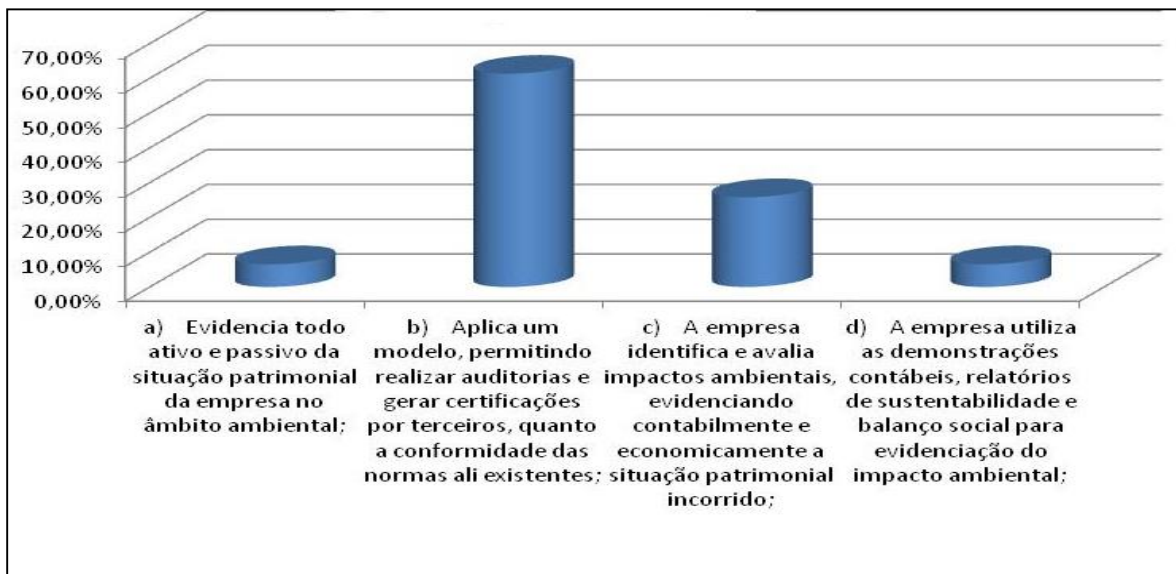


Fonte: Dados da pesquisa

Percebe-se que a maioria dos respondentes escolheu a alternativa B com 74,2% como o referencial teórico tratou; a alternativa A foi escolhida por 3,2%; a C, 9,7%; e a D, 12,9% dos respondentes.

O sexto questionamento foi no âmbito da Gestão Ambiental para se saber como os respondentes definem este tópico, gerando os resultados tabulados no Gráfico 2 abaixo:

Gráfico 2: Percepção quanto a certificação de qualidade no aspecto ambiental.

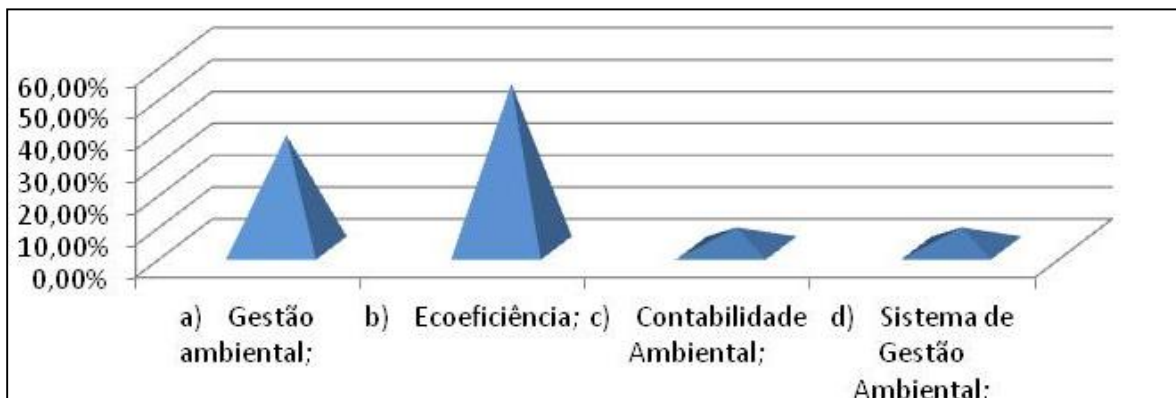


Fonte: Dados da pesquisa

Conforme Nunes *et al.* (2011), a empresa com certificação de qualidade na família %4.000+ permeia a aplicabilidade de um modelo com permissão de auditorias e a verificação da conformidade da normatização em vigor. Os respondentes, de forma geral, responderam a alternativa apropriada a B com 61,3%, sendo a A 6,5%, a C 25,8% e a D 6,5% das respostas totais adquiridas.

A questão 7 abordava pontos relacionados ao processo de produção na organização, bem como redução no impacto ambiental e custos. Neste sentido, com base no estudo de caso exposto, foi questionado se a referida empresa estaria conseguindo minimizar o impacto ambiental e ao mesmo tempo reduzir custos na produção. Desta forma, a resposta foi relacionada com um conceito de forma intrínseca, no Gráfico 3, abaixo:

Gráfico 3: Conceitos relacionados a minimização de custos e impacto ambiental.

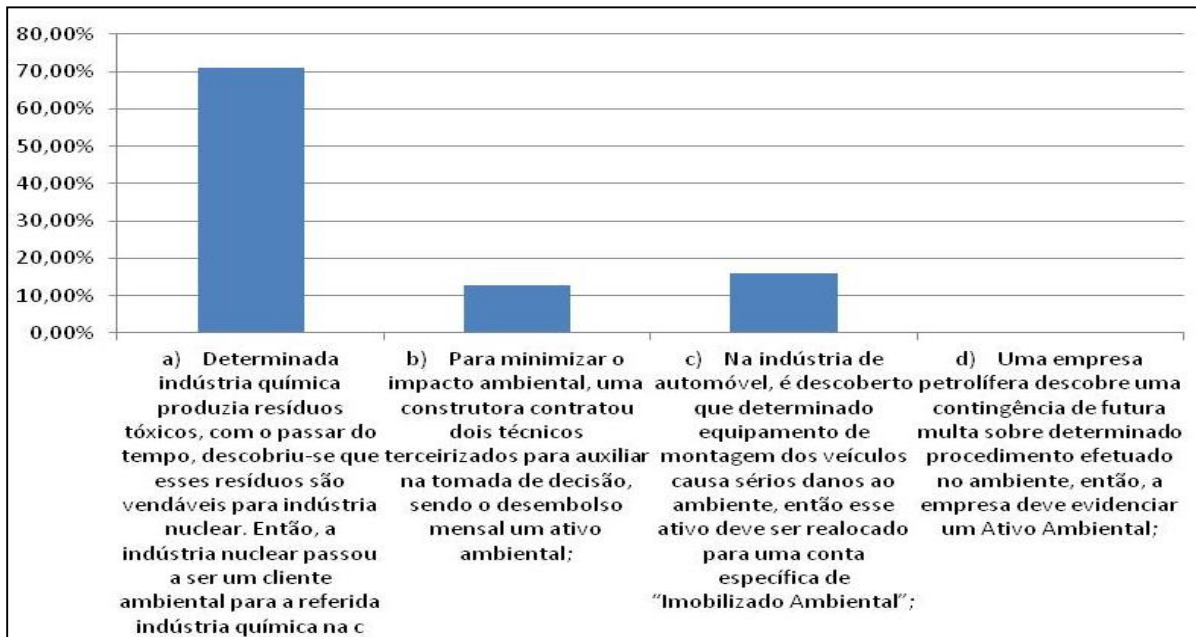


Fonte: Dados da pesquisa

Por se tratar de medida financeira de cunho ambiental, então, a alternativa mais adequada como resposta está elencada como %Ecoeficiência+, pois, como citam Callado e Fensterseifer (2010), este termo está ligado a um indicador de desempenho da empresa, apesar do conceito de Gestão Ambiental também se aplicar de forma global. Não é a toa que os respondentes escolheram em 51,6% dos casos a alternativa B e 35,5% a alternativa A, restando 6,5% para Contabilidade Ambiental e para Sistema de Gestão Ambiental também.

A pergunta de número 8 coloca em prática a discussão sobre do que trata o ativo ambiental, pondo em questão nas alternativas as situações de exemplo. Neste caso, foram coletadas as respostas conforme Gráfico 4, abaixo:

Gráfico 4: Identificação de ativo ambiental.



Fonte: Dados da pesquisa

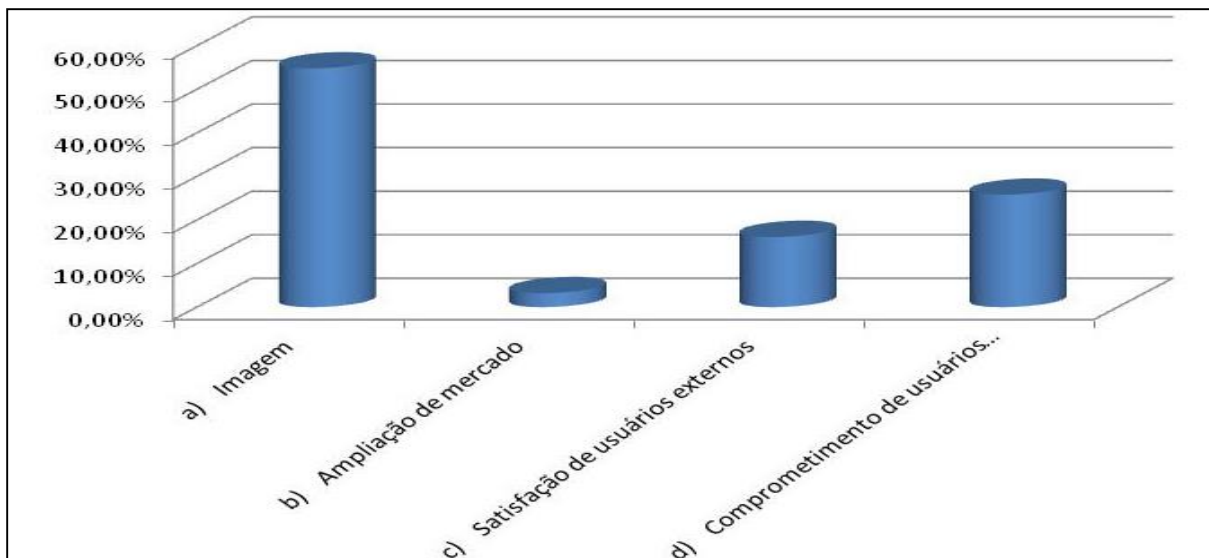
Em termos gerais, é necessário identificar o que de fato é ativo, para que, no próximo passo, seja delineado o aspecto de cunho ambiental. Assim, conforme o referencial teórico, sabe-se que ativo está relacionado como item econômico controlado por uma entidade do qual se espera obter benefícios econômicos futuros, deixando claro que as alternativas mais adequadas ficariam entre a A e a C, pois as alternativas B e D estariam se desvirtuando do conceito geral.

A alternativa A estabelece relação maior com o conceito de Ativo ambiental de Ribeiro (2005), evidenciado no referencial teórico deste artigo e obtendo 71,0% das respostas. Embora a alternativa C adapte tanto conceito geral quanto específico, no entanto, pouco se discute em demonstrar itens contábeis com ênfase negativa no meio prático, o que na verdade deveria, pois trata puramente do conceito ambiental, tanto que obteve 16,1% das respostas.

Com pouca expressão e até mesmo por não estarem adequadas, as alternativas B e D obtiveram respostas de 12,9% e 0,0%, respectivamente, dos respondentes no estudo em análise.

A nona pergunta traz à tona a discussão da importância da Contabilidade Ambiental perante as empresas na atualidade, encadeando como respostas o Gráfico 5:

Gráfico 5: Percepção quanto aos benefícios gerados por investimentos ambientais.



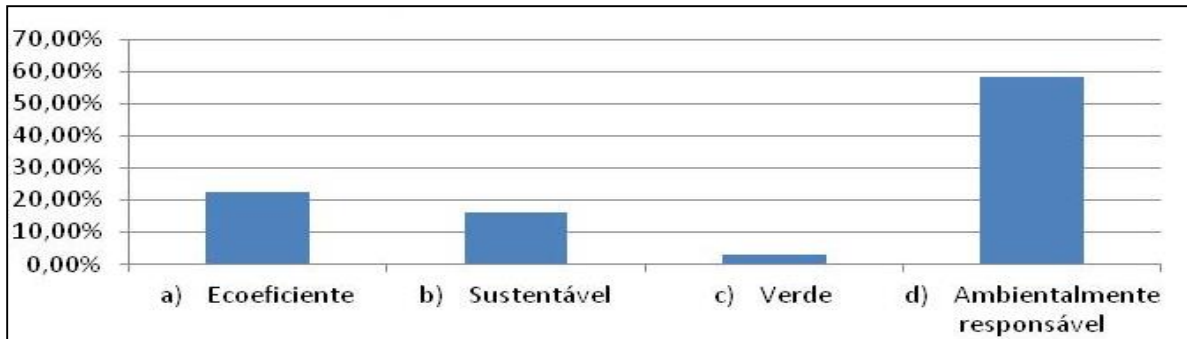
Fonte: Dados da pesquisa

Todas as alternativas são válidas, no entanto, a discussão atual reflete a preocupação da sociedade, sendo esta a motivadora por exigir mais do meio empresarial, e que o poder da **imagem** infere importância significativa, como bem aponta Costa e Marion (2007). Como bem ocorreu através das respostas, visualiza-se que os respondentes estão em conformidade e ligados diretamente ao mercado.

É tanto que os próprios respondentes demonstram o que o mercado tem exigido, pois obteve como alternativa mais escolhida a A com 54,8%, a segunda mais escolhida a D 25,8% e a terceira C 16,1%. Até porque as empresas estão de fato mais preocupadas com a imagem passada para a sociedade e em seguida se objetiva o comprometimento dos usuários internos e a satisfação dos usuários externos. Com apenas 3,2%, a alternativa B ficou pouco expressiva. É que realmente ainda não se conscientizou o suficiente para verificar se o item de ampliação de mercado está relacionado ao proposto.

O décimo e último questionamento tenta inserir a discussão da política ambiental provocada pelas empresas, obtendo as seguintes respostas, apontadas no Gráfico 6, abaixo:

Gráfico 6: Percepção quanto a políticas ambientais praticadas pelas empresas.



Fonte: Dados da pesquisa

A partir da pergunta feita, as alternativas mais adequadas à proposição são a C e D, pois se propõem a descrever as empresas que fazem uso consciente de água e energia por adotarem uma política ambiental. Diferentemente, e como foi visto no referencial teórico, isto não significa dizer que a empresa é ecoeficiente ou sustentável, pois aquela deve atender a ideia de evidenciar um indicador financeiro ambiental adaptável, enquanto esta traz à tona verificação dos pilares da sustentabilidade.

Foram obtidas como resposta 58,1% na escolha da alternativa D, 3,2% para C, 16,1% para B e 22,6% para a A, mostrando algumas alternativas escolhidas inapropriadamente com o que se questionava, não percebendo conhecimento do que estava sendo discutido.

São estes os resultados obtidos a partir da coleta de dados, seguindo os procedimentos metodológicos descritos no atendimento da problemática da pesquisa. Na próxima seção, estão apresentadas as considerações finais a partir do que foi exposto no estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Contabilidade Ambiental apresenta dificuldade na identificação e conceituação das ideias propostas, mas tem caminhado para que exista uma uniformidade e também proporcionar valor agregado nas atividades empresariais. O objetivo geral da Contabilidade deve sobressair ao permitir que

os usuários tenham o melhor nível informacional para entender o desempenho das empresas. Acredita-se que a problemática deste estudo foi atendida por apresentar o perfil dos docentes em relação à Contabilidade Ambiental diante conceitos e situações propostas. Identificou-se que os respondentes atenderam de forma peculiar os questionamentos efetuados de forma geral; quanto ao perfil dos respondentes, a maioria estava dentro da perspectiva de apresentar titulação de Mestre ou Doutor (ambos atuam na docência há mais de 9 anos no mercado).

Sugere-se, como pesquisas futuras, o aumento da amostra e a inserção de outros conceitos mais específicos da área, bem como tentar abranger de forma geral a atuação dos respondentes. Outra sugestão trata-se de estabelecer um relacionamento entre professores e alunos na aplicação prática da Contabilidade Ambiental, trazendo à tona a percepção encadeada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Ana Paula; ROSA, Fabrícia Silva da, ENSSLIN, Sandra Rolim. Evidenciação voluntária das práticas ambientais: um estudo nas grandes empresas brasileiras de papel e celulose. *Produção*, São Paulo, v. 20, n. 3, jul./set. 2010.

CALLADO, Aldo Leonardo Cunha. FENSTERSEIFER, Jaime Evaldo. Indicadores de Sustentabilidade: uma abordagem empírica a partir de uma perspectiva de especialistas. *Anais do XLVIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, 2010.

CÂMARA, Renata Paes de Barros; GONÇALVES FILHO, Eduardo Vila. Análise dos custos ambientais da indústria de couro sob a ótica da ecoeficiência. *Custos e @gronegocio Online*, v. 3, pp. 87-100, 2007.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Souza. *Contabilidade Ambiental: Uma Informação para o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Atlas, 2003.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. *Teoria da Contabilidade*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da Contabilidade*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HANSEN, Don R.; MOWEN, Maryanne M. *Gestão de Custos*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas, 2001.

Marion, J. C., Costa, R. S. da. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. *Revista Contabilidade & Finanças*. São Paulo. n. 43, 20 . 3, 2007.

MURRAY, Alan; GRAY, Rob. Do financial markets care about social and environmental disclosure? Further evidence and exploration from the UK. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*. v. 19, n. 2, pp. 228-255, 2006.

NUNES, João Paulo de Oliveira; PFITSCHER, Elisete Dahmer; UHLMANN, Vivian Osmani. Um aporte ao sistema contábil gerencial ambiental: segunda geração de indicadores. *Revista de Gestão Social e Ambiental*. São Paulo, v. 5, n. 2, mai/ago 2011.

Paiva, P. R. *Contabilidade ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com Transparência e focada na preservação*. São Paulo: Atlas, 2003.

RIBEIRO, Maísa de Souza. *Contabilidade Ambiental*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2005.

_____. Custeio das Atividades de Natureza Ambiental. 1998, 241f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia e Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

ROVER, Suliane; ALVES, Jorge Luiz; BORBA, José Alonso. A evidenciação do Passivo Ambiental: quantificando o desconhecido. *Revista Contemporânea de Contabilidade*. São Paulo, v. 1, n. 5, jan/jun, 2006.

TACHIZAWA, T. *Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira*. São Paulo: Atlas, 2004.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. *Contabilidade e Gestão Ambiental*. São Paulo: Atlas, 2004.

VELLANI, Cássio Luiz; RIBEIRO, Maísa de Souza. Sistema contábil para gestão da ecoeficiência empresarial. *Revista Contabilidade e Finanças*. v. 20, n. 49, jan./abr. 2009.

VELLANI, Cássio Luiz; RIBEIRO, Maísa de Souza. Sustentabilidade e Contabilidade. *Revista Contemporânea de Contabilidade*. v. 1, n. 11, jan./jun. 2009.

Recebido em 30 de setembro de 2014.

Aceito em 8 de dezembro de 2014.